

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:

**Por que as palavras de origem árabe começam com “al”?**

*Almanaque, alfândega, almofada, alface, algema, algodão, alfaiate. Enorme foi a contribuição dos árabes para o vocabulário português e espanhol durante sua permanência de sete séculos na Península Ibérica. O detalhe curioso é que esse “al” fixado no início das palavras era, na verdade, o artigo definido da língua árabe. “Alquimia”, por exemplo, quer dizer “a química”. Na língua de origem, o “al” acompanha todo e qualquer substantivo, não importa se masculino ou feminino, singular ou plural. Além disso, vem sempre colado à palavra a que se refere. Outro fato marcante é que esse artigo aparece também em palavras da língua portuguesa que não começam com al. Isso porque sua segunda letra, o “l”, pode ser alterada para que seu som se harmonize com a consoante a seguir. Tudo isso reforça, para quem ouve, a ideia de que o artigo faz parte da palavra. E nós acabamos assimilando isso e juntando com os nossos artigos. Por isso ninguém fala “o godão” ou “a zeitona”. Da mesma forma, por isso o livro sagrado do Islã pode ser chamado de “Alcorão” ou “Corão”.*

(Adaptado de:

<https://jornalnota.com.br/2024/10/08/por-que-as-palavras-de-origem-arabe-comecam-com-al/>).

1. Com base nas informações do texto sobre a origem e a incorporação do elemento “al” em palavras do português, analise as assertivas a seguir:

- I. A longa permanência dos árabes na Península Ibérica deixou uma contribuição expressiva para o léxico do português e do espanhol.
- II. O artigo “al” era empregado, na língua árabe, antes de qualquer substantivo, sem distinção de gênero ou número.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Ambas as assertivas estão corretas.
- d) Ambas as assertivas estão incorretas.

2. Acerca das informações apresentadas no texto sobre a influência da língua árabe no vocabulário do português, especialmente quanto ao uso do elemento “al”, assinale a alternativa correta.

- a) A forma “Alcorão” é incorreta no português, sendo usada apenas por influência popular, já que o nome correto do livro sagrado islâmico é exclusivamente “Corão”.
- b) O português eliminou completamente o “al” das palavras emprestadas do árabe, substituindo-o por seus próprios artigos definidos, como “o” e “a”.
- c) O elemento “al” é um prefixo típico da morfologia portuguesa, utilizado na formação de substantivos derivados do latim e adaptado posteriormente a palavras de outras línguas.
- d) A junção do artigo “al” ao substantivo na língua árabe favoreceu sua assimilação ao português como parte integrante do vocábulo.

3. De acordo com as informações do texto, por que o elemento “al” pode assumir formas diferentes antes de certas consoantes?

- a) Para refletir a variação dialectal do árabe nas palavras de origem.
- b) Para adaptar-se ao gênero e número do substantivo.
- c) Para se ajustar às regras gramaticais da língua portuguesa.
- d) Para harmonizar foneticamente com a consoante seguinte.

4. A respeito do emprego da vírgula no texto, analise as assertivas que seguem:

- I. Em **Almanaque, alfândega, almofada, alface**, as vírgulas isolam itens em enumeração.
- II. Em **“Alquimia”, por exemplo, quer dizer “a química”**, as vírgulas isolam o aposto resumitivo.
- III. Em **Além disso, vem sempre colado à palavra a que se refere**, a vírgula isola o aposto.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

5. Na frase **vem sempre colado à palavra a que se refere**, observa-se o correto emprego do acento indicativo de crase. Nesse sentido, em qual das frases abaixo há **ERRO** no emprego da crase?

- a) Ao serem adaptadas ao português, várias palavras mantiveram referência à estrutura original.
- b) Muitas palavras de uso cotidiano remetem à história da ocupação árabe.
- c) As adaptações fonéticas ocorreram para garantir fluidez à pronúncia.
- d) Durante a Idade Média, os árabes chegaram à dominar a Península Ibérica.

6. Dada a função  $f(x) = x^3 - 2x^2$ , qual é a equação da reta tangente ao gráfico de  $f(x)$  no ponto onde  $x = 2$ ?

- a)  $y = 2x - 4$
- b)  $y = 4x - 8$
- c)  $y = 4x$
- d)  $y = 8x - 16$

7. Dada a sequência de números: 512, 128, 32, ..., assinale a alternativa que corresponde ao sétimo termo da sequência.

- a) 1/8
- b) 2
- c) 1/2
- d) 1/4

8. Em um grupo de 10 pessoas, 4 falam inglês e espanhol, e 6 falam apenas espanhol. Três pessoas serão escolhidas aleatoriamente. Assinale a alternativa que corresponde à probabilidade de que todas as escolhidas falem apenas espanhol (ou seja, que não falem inglês).

- a) 2/3
- b) 1/6
- c) 1/4
- d) 1/2

9. O montante de R\$ 360.000,00, referente a uma causa judicial, será dividido entre o contador, o advogado e seu cliente, nas proporções 2, 3, e 7, respectivamente. Assinale a alternativa que corresponde ao valor recebido pelo cliente.
- R\$210.000,00
  - R\$50.000,00
  - R\$200.000,00
  - R\$180.000,00
10. Considere o seguinte conjunto de dados: 4, 5, 6, 7, 5, 8, 5, 6, 8. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a moda, a mediana e a média (aproximada) desses dados, nessa ordem.
- 5 ; 5 ; 6
  - 5 ; 6 ; 6
  - 6 ; 6 ; 5
  - 6 ; 5 ; 6
11. O Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, "Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências". Este decreto-lei estabeleceu importantes diretrizes para o funcionamento e a composição dos órgãos que regulamentam a profissão contábil no Brasil.
- Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:
- Os membros do Conselho Federal de Contabilidade e respectivos suplentes serão eleitos por um colégio eleitoral composto de um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade por este eleito em reunião especialmente convocada.
  - Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais terão mandato de 4 (quatro) anos e serão eleitos dentre seus respectivos membros contadores, admitida uma única reeleição consecutiva, não podendo o período presidencial ultrapassar o término do mandato como conselheiro.
  - Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade se aplicará o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.
  - As eleições para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais serão realizadas no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
12. A Lei nº 12.249/10, de 11 de junho de 2010, alterou diversos artigos do Decreto-Lei nº 9.295/46, promovendo atualizações importantes na legislação que rege a profissão contábil no Brasil. Entre as principais alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, destacam-se:
- Fiscalização da profissão.
  - Exame de Suficiência.
  - Atribuições do CFC.
  - Penalidades.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
13. A Resolução CRCSC nº 471/2023 aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC). Em geral, um Regimento Interno de um Conselho Regional de Contabilidade como o de Santa Catarina deve abordar temas como Estrutura Organizacional. Analise abaixo o que é a Estrutura Organizacional do CRCSC:
- Regras para as sessões plenárias, votações, quóruns.
  - Como o CRCSC está organizado (Presidência, Vice-Presidência, Plenário, Câmaras de Registro, Fiscalização, Comissões Temáticas).
  - Regras gerais para os processos administrativos internos do CRCSC.
  - Criação, composição e funcionamento das comissões temáticas (por exemplo, de fiscalização, de ensino, de ética).
14. A Resolução CFC nº 1.707/2023, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dispõe sobre o registro profissional dos contadores e dos técnicos em contabilidade. Analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:
- Decorridos 3 (três) anos da devida cientificação da decisão de cassação do exercício profissional, após o trânsito em julgado, poderá o bacharel em Ciências Contábeis requerer novo registro.
  - Decorrido o prazo da penalidade de suspensão, o Registro Profissional será restabelecido automaticamente, independentemente de solicitação.
  - Suspensão é a cessação temporária da habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente da aplicação de penalidade transitada em julgado ou por decisão judicial, cuja contagem de prazo dar-se-á nos termos da normatização vigente.
  - Cassação é a perda da habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente de decisão transitada em julgado, por infração prevista no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

15.A Resolução CRCSC nº 377/2014 institui o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para os empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC). Um Processo Administrativo Disciplinar é um conjunto de procedimentos administrativos destinados a apurar a responsabilidade de um servidor público (ou, neste caso, empregado de um conselho profissional, que tem natureza jurídica de autarquia federal em regime especial) por eventuais irregularidades ou infrações cometidas no exercício de suas funções. Essa resolução deve detalhar as etapas do PAD no âmbito do CRCSC, incluindo as fases do processo.

Analise as assertivas abaixo e assinale a correta. Geralmente, um PAD envolve as fases de:

- I. Instauração (com a designação da comissão processante).
- II. Instrução (coleta de provas, oitiva de testemunhas, defesa do acusado).
- III. Relatório (da comissão processante).
- IV. Julgamento (pela autoridade competente).

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

16.A Resolução CFC nº 1.708/2023, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), trata do registro das organizações contábeis. Organizações contábeis são as empresas ou entidades que têm por objeto a prestação de serviços contábeis. Para atuarem legalmente, essas organizações também precisam estar registradas nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) da jurisdição onde exercem suas atividades.

Para a obtenção do Registro Originário, o interessado deverá encaminhar requerimento, após a comprovação de recolhimento de taxas e anuidade, instruído com:

- I. Ato constitutivo, original e cópias, bem como suas alterações, ou contrato consolidado, devidamente registrados no órgão competente.
- II. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- III. Comprovação da responsabilidade técnica prevista no § 1º do art. 3º desta Resolução.
- IV. Cópias de documento de identidade oficial e comprovante de residência.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

17.A Resolução CFC nº 1.603/2020 aprova o Regulamento de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade, que dispõe especificamente sobre os Processos Administrativos de Fiscalização, e dá outras providências. Este regulamento estabelece as normas e os ritos processuais a serem seguidos pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) quando da realização de processos administrativos de fiscalização do exercício profissional dos contadores e técnicos em contabilidade, bem como das organizações contábeis.

Os atos processuais deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- I. Afetem direitos ou interesses.
- II. Decidam processos e recursos.
- III. Decorram de reexame de ofício.
- IV. Apliquem jurisprudência firmada sobre a questão ou contrariem pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.
- V. Importem em anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I, II, III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

18.A Resolução CFC nº 1.612/2021 aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Este regulamento estabelece as normas gerais de organização, funcionamento e procedimentos aplicáveis tanto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quanto aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Por ser um "Regulamento Geral", ele deve abordar aspectos amplos da atuação do Sistema CFC/CRCs, servindo como um arcabouço normativo (conjunto de normas legais) para diversas atividades dos conselhos. Constituem receitas do CFC:

- I. 1/5 da receita bruta de cada CRC, excetuados os legados, doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, quando justificados.
- II. legados, doações e subvenções.
- III. rendas patrimoniais.
- IV. 3/5 do valor da arrecadação de anuidades, taxas, multas e juros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

19. Nos termos da delegação conferida pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, constitui competência dos Conselhos de Contabilidade, observados o disposto nos Arts. 17 e 18 deste regulamento **EXCETO**:
- Regular e coordenar o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e o Programa de Educação Continuada.
  - Editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.
  - Os Conselhos são responsáveis por criar ou alterar leis tributárias ou políticas econômicas do governo. Sua atuação se concentra na aplicação e no cumprimento das normas existentes dentro da profissão contábil.
  - Registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional;
20. A Resolução CFC nº 1.640/2021 trata das prerrogativas profissionais mencionadas no Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46. As prerrogativas profissionais são os direitos e as responsabilidades exclusivas dos contadores e técnicos em contabilidade no exercício da profissão. O Art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46 (com a redação dada pela Lei nº 12.249/10) estabelece algumas dessas prerrogativas, como a exclusividade na execução de determinados serviços contábeis.
- Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:
- São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:
- Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza tributária.
  - Reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades.
  - Escrituração contábil de todos os atos e fatos, que consiste no procedimento executado exclusivamente pelo profissional da contabilidade, cuja função é a de registrar as operações financeiras, econômicas e patrimoniais de quaisquer entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos.
  - Registro de custos das atividades de qualquer natureza, inclusive definição de avaliação de estoque, com o objetivo de apuração de resultado para auxiliar na tomada de decisão.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II e III estão corretas.
21. As características qualitativas são atributos que tornam a informação contábil útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento de seus objetivos. Indique uma característica qualitativa da informação contábil:
- Orçamento Bruto.
  - Legalidade.
  - Totalidade.
  - Relevância.
22. As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais das entidades do setor público. Estas variações são divididas em aumentativas e diminutivas. Assinale a alternativa que apresenta uma variação patrimonial aumentativa:
- Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
  - A extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
  - Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
  - Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
23. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. Sobre a depreciação do ativo assinale a questão correta:
- A depreciação não deve cessar quando o bem for desconhecido.
  - A Variação Patrimonial Aumentativa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado patrimonial em contrapartida a uma conta retificadora do passivo.
  - A depreciação cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado temporariamente de uso.
  - A apuração da depreciação deve ser feita mensalmente, a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. Por outro lado, se o método de depreciação for o de unidades produzidas, a VPD de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.
24. Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo foi criado no PCASP um mecanismo para segregação dos valores das transações que serão incluídas e excluídas nesta consolidação. Identifique quais transações abaixo serão excluídas na consolidação:
- Transações entre uma entidade que pertence ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de um ente público e uma entidade privada;
  - Alterações patrimoniais dentro de uma mesma entidade, como por exemplo a depreciação;
  - Doações de bens de um ente a outro.
  - Transações entre uma entidade que pertence ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de um ente público e uma entidade que não pertença a nenhum Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, porém seja obrigada a utilizar o PCASP, como exemplo os conselhos profissionais.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Somente a II, III e IV estão corretas.
  - Somente a I, III e IV estão corretas.
  - Somente a I e II estão corretas.

25. Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
  - A DFC deve identificar: a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.
  - O Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
  - O Balanço Patrimonial é composto por: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle); e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.
26. Os Princípios Orçamentários estabelecem diretrizes norteadoras básicas, um destes princípios determina que a existência de orçamento único para cada um dos entes federados, com a finalidade de se evitar múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política, qual orçamento o texto se refere?
- Totalidade.
  - Exclusividade.
  - Universalidade.
  - Orçamento Bruto.
27. Os instrumentos de planejamento e orçamento compreendem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, sobre estes instrumentos assinale a alternativa correta:
- No PPA não é necessário conter os programas a serem efetuados, somente os indicadores, subações e os objetivos.
  - O refinanciamento da dívida pública constará juntamente com os demais créditos da LOA.
  - A LOA deverá conter previsões de despesas para os exercícios seguintes.
  - A LDO disporá sobre critérios e formas de limitação do empenho.
28. De acordo com a Lei 4.320/1964 é necessário manter o equilíbrio entre receitas e despesas no momento da execução orçamentária, para isso:
- Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
  - A programação da despesa orçamentária não tem a necessidade de levar em conta os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias.
  - A fixação das cotas não assegura precisamente às unidades orçamentárias, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho.
  - Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
29. A Constituição Federal estabelece a regra de ouro nas finanças públicas, nos seguintes termos:
- A realização de operações de créditos que ultrapassem o montante das despesas correntes, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
  - A vedação de realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
  - A vedação de realização de operações de créditos que ultrapassem o montante das despesas correntes, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
  - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
30. A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, analise as afirmações abaixo e identifique os estágios da despesa:
- É o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
  - É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição e não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
  - Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- I – Empenho; II – Pagamento; III – Liquidação.
  - I – Pagamento; II – Liquidação; III – Empenho.
  - I – Pagamento; II – Empenho; III – Liquidação.
  - I – Pagamento; II – Arrecadação; III – Empenho.
31. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, dependendo para sua abertura da existência de recursos disponíveis. É uma fonte de recursos para abertura de crédito adicional:
- O excesso de arrecadação proveniente da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.
  - O resultado positivo de receitas correntes e de capital do balanço orçamentário.
  - O superávit financeiro apurado no balanço financeiro do trimestre.
  - O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada.

32. As receitas públicas podem ser divididas em receitas correntes e receitas de capital. Assinale a opção que constem apenas receita de capital:
- Receita Patrimonial e amortização de empréstimos.
  - Operações de crédito e amortização de empréstimos.
  - Alienação de bens e Receita Patrimonial.
  - Receitas de Serviços e Contribuições.
33. A Lei de Responsabilidade Fiscal é conceituada como um código de conduta para os administradores públicos. Analise as afirmações abaixo e identifique a correta:
- O resultado nominal representa a variação da Dívida Consolidada Flutuante – DCF.
  - A Lei Orçamentária Anual – LOA deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, além de normas e condições para o controle de custos.
  - A LDO poderá conter dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, desde que previsto no PPA.
  - É vedado aos titulares dos Poderes contraírem obrigação de despesas nos últimos dois quadrimestres de seus mandatos, que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício financeiro, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.
34. Considerando as disposições da Lei 14.133/2021 é inexigível a licitação para:
- Contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.
  - Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
  - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
  - Contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
35. A modalidade de licitação que é utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, em que o critério de julgamento poderá ser pelo menor preço ou maior desconto é:
- Leilão.
  - Pregão.
  - Concorrência.
  - Diálogo Competitivo.
36. A vigência de contratos administrativos deve seguir os requisitos constante na Lei 14.133/2021, sendo assim, assinale a alternativa correta:
- Contratos emergenciais podem ser prorrogados por igual período caso haja necessidade da Administração e o processo licitatório não tenha sido concluído.
  - Em contratação de serviços contínuos a Administração poderá celebrar contratos de até 10 (dez) anos, observadas as diretrizes previstas em Lei.
  - Nos contratos por escopo, o prazo de vigência será prorrogado por prazo indeterminado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, com a autorização da autoridade competente.
  - A duração dos contratos será prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
37. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais, em relação aos encargos inerentes da contratação, assinale a alternativa correta:
- Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas.
  - Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários, caso comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
  - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
  - A Administração Pública não poderá nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado.

38. Este tributo tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.
- Impostos.
  - Empréstimos compulsórios.
  - Taxas.
  - Contribuição de Melhoria.
39. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
- Filhos ao completar 21 anos de idade.
  - O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos de idade ou inválido ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave.
  - Filhos maiores de 21 anos cursando Universidade.
  - Os avós.
40. Os órgãos e entidades descritos na IN RFB 1234/2012 ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. Assinale a alternativa correta quanto as situações específicas descritas na IN:
- Nos pagamentos correspondentes a aquisições de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins, efetuados por intermédio de agências de viagens, a retenção será feita sobre o total a pagar a cada empresa prestadora do serviço e, quando for o caso, do operador aeroportuário, sobre o valor referente à tarifa de embarque, e da agência de viagem, sobre os valores cobrados a título de comissão pela intermediação da comercialização do bilhete de passagem ou pela prestação do serviço de agenciamento de viagens na venda de passagens aos órgãos e entidades públicas.
  - Nos pagamentos de seguros, ainda que por intermédio de corretora, a retenção será feita sobre o valor do pagamento que estiver sendo pago à seguradora, não deduzida qualquer parcela correspondente à corretagem.
  - Nos pagamentos de aluguel de imóvel, quando o proprietário for pessoa jurídica, será feita retenção do IR e das contribuições sobre a contribuição social.
  - Na aquisição de Vale-Combustível, inclusive mediante créditos ou cartões eletrônicos, caso os pagamentos sejam efetuados a intermediárias, vinculadas ou não à prestadora do serviço ou à fornecedora de combustível, a base de cálculo corresponderá ao valor do combustível diretamente efetuado ao posto.